

PROPOSTA DIA 7 TODOS NA ASSEMBLEIA DIA 8!

Bancos se comprometeram a apresentar respostas para reivindicações da categoria na terça 7; no dia seguinte, bancários de todo país farão assembleias para avaliação da proposta

Na última negociação entre Comando Nacional dos Bancários e Fenaban (federação dos bancos), realizada dia 1º, os banqueiros não apresentaram proposta para demandas da categoria como aumento real nos salários e demais verbas (PLR, VA e VR, auxílio-educação, auxílio creche/babá, plano de cargos e salários, etc.). Entretanto, se comprometeram a apresentar proposta global na terça 7.

Sindicatos de bancários de todo o país realizarão assembleias em suas bases, na quarta 8, para avaliação da proposta. Em São Paulo, a assembleia (*edital na página 4*) terá início às 19h, em primeira chamada, e 19h30 em segunda chamada, na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro).

“Nossa expectativa é que a Fenaban apresente proposta que contemple garantia de todos os direitos da CCT; sua validade para todos, independentemente da remuneração; garantia dos empregos e valorização, com aumento real e PLR maior”, enfatiza a presidenta do Sindicato, Ivone Silva.

“Em 2017, os cinco maiores bancos lucraram R\$ 77,4 bilhões, aumento de 33,5% em relação a 2016. Só no primeiro trimestre deste

ano, já apresentam lucro 20,4% maior do que no mesmo período de 2017. E os balanços do semestre, já divulgados por Itaú, Bradesco e Santander, confirmam essa tendência de alta. Eles não têm justificativa para não apresentar proposta digna de aumento real, valorizando os trabalhadores que constroem seus resultados”, acrescenta.

A presidenta do Sindicato lembra ainda dos enormes ganhos dos diretores executivos dos bancos. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários, Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, os quatro maiores bancos múltiplos com carteira comercial, preveem pagar aos seus 194 diretores R\$ 1,310 bilhão em 2018. Aumento de 9,2% em relação a 2017, quando 198 diretores receberam R\$ 1,2 bilhão. Em 2018, cada diretor irá receber, em média, R\$ 6,7 milhões. “Não faltam recursos para valorizar os bancários”, conclui.

A assembleia também irá referendar a participação da categoria no Dia do Basta, em 10 de agosto (*leia abaixo*). ✨



Paralisações, atrasos de turnos e atos nos locais de trabalho e ruas de todo país. Assim será o dia 10 de agosto, Dia do Basta, chamado pelas centrais sindicais e movimentos sociais. Em São Paulo, um grande ato na Av. Paulista, em frente à Fiesp, está marcado para as 10h. É o momento dos brasileiros gritarem basta de desempre-

go, de privatizações, de aumentos abusivos nos combustíveis, de retirada de direitos, do sofrimento imposto pelo governo golpista. A mobilização também defenderá a democracia e o direito do povo votar no candidato que desejar nas eleições de outubro. Participe!

BANCOS DEVEM RESPOSTAS A VÁRIAS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

AUMENTO REAL

Em consulta nacional, os bancários apontaram aumento real para salários e demais verbas como PLR, VA e VR como prioridade. Os bancos, que lucram cada vez mais alto mesmo na crise, podem valorizar seus funcionários.

Veja como foi a mesa com a Fenaban sobre remuneração no bit.ly/quintamesaremuneracao.



MAIS EMPREGOS

Mesmo com lucros nas alturas, os bancos vêm cortando postos de trabalho (de janeiro de 2012 a junho de 2018, o setor bancário eliminou 57.045 postos de trabalho, redução de 11,5% na categoria). Os bancários querem garantia de emprego.



SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A categoria bancária é uma das que mais adoce por conta da forma de gestão dos bancos, com assédio moral e competitividade. Os bancários querem que as metas, principais causadoras do adoecimento, sejam construídas coletivamente, com a participação dos trabalhadores, respeitando o perfil de cada local de trabalho e região.

A categoria também quer aprimorar algumas cláusulas da CCT. Como a 27, que prevê estabilidade provisória de 60 dias para quem volta ao trabalho após afastamento de 6 meses ou mais por doença. A categoria reivindica a extensão desse direito aos que retornam após cancelamento do benefício de aposentadoria por invalidez.

A cláusula 65 trata do adiantamento emergencial: quando retorna de licença médica (benefício cessado), se o trabalhador for considerado "inapto" pelo médico do banco, mas apresentar o PR (Pedido de Reconsideração) ao INSS, teria o adiantamento pago pelo banco. Esse direito, no entanto, também foi alterado pela legislação do pós-golpe, que acabou com o PR. Diante disso, muitos bancos suspenderam o direito ao pagamento do adiantamento emergencial. A categoria reivindica nova cláusula, excluindo o PR, de forma que os trabalhadores não sejam prejudicados.

Veja outras reivindicações de saúde no bit.ly/terceira mesasaude.



GARANTIA DE ULTRATIVIDADE

31 DE AGOSTO

Os bancos não aceitaram assinar pré-acordo que garante a ultratividade da CCT (princípio segundo o qual um acordo continua válido até assinatura de outro). Assim, nossa convenção perderia a validade em 31 de agosto.



CCT VÁLIDA PARA TODOS

Outra reivindicação é a validade da Convenção Coletiva de Trabalho para todos os bancários, independentemente do nível de escolaridade ou faixa salarial. É uma proteção contra outro ponto nocivo da lei trabalhista, o empregado hipersuficiente (quem ganha pouco mais de R\$ 11 mil teria que negociar suas condições de trabalho diretamente com o banco, e não estaria resguardado pela CCT).

BANCO DE HORAS

Os bancários querem que a implantação de banco de horas somente seja realizada por meio de acordo coletivo de trabalho.



HOMOLOGAÇÃO NOS SINDICATOS

Outro retrocesso da lei trabalhista é a homologação de rescisão contratual apenas na empresa, sem obrigatoriedade da participação do sindicato. Os bancários querem a volta das homologações nos sindicatos.

COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL

Os bancários querem compromisso dos bancos quanto à continuidade de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual no local de trabalho. Reivindicam ainda que denúncias de assédio sexual sejam apuradas por comissão bipartite (sindicato e empresa).



PROTEÇÃO CONTRA CONTRATOS PRECÁRIOS

Os trabalhadores querem cláusula prevendo que a contratação de empregados com jornada 12x36 (12 horas de trabalho a cada 36 de descanso), por tempo parcial, intermitente, ou de trabalhadores autônomos só seja realizada mediante prévia negociação com o sindicato e por meio de acordo coletivo de trabalho.

TERCEIRIZAÇÃO – O desmonte trabalhista de Temer inclui a terceirização até nas atividades fim. Os trabalhadores reivindicam que os bancos não substituam empregados diretos por terceirizados em nenhum setor da empresa. Veja mais reivindicações sobre emprego no bit.ly/quartamesaemprego.



TECNOLOGIA E AGÊNCIAS DIGITAIS

A tecnologia não deve ser usada para eliminar empregos, nem para excluir a população dos serviços bancários. Assim, a categoria propõe a criação de comissão bipartite (trabalhadores e bancos) para acompanhar e apresentar propostas sobre projetos de mudanças tecnológicas, reestruturações,

teletrabalho, acesso remoto e outras. E, diante do aumento contínuo de agências digitais, reivindica que os serviços nesse tipo de unidade sejam executados somente por bancários. E ainda: que os bancos permitam o livre acesso dos dirigentes sindicais nesses locais.



IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Os bancários são pioneiros no estabelecimento de cláusulas para garantir igualdade de oportunidades para mulheres, negros, LGBTs,

pessoas com deficiência. Este ano, a categoria reivindica a realização de um novo Censo da Diversidade (já que o último é de 2014).



MAIS

INFORME-SE
PELO SINDICATO

Quer informação segura sobre a Campanha Nacional Unificada 2018? Acesse os canais de comunicação do Sindicato: site (www.spbancarios.com.br), redes sociais (facebook.com/spbancarios e twitter.com/spbancarios) ou canal do Youtube (youtube.com/spbancarios). Tire suas dúvidas também pela Central de Atendimento (11) 3188 5200 ou Whatsapp (11) 97593-7749.

EDITAL DE ASSEMBLEIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, com registro no 6º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Capital sob o nº 20.309, CNPJ/MF nº 61.651.675/0001-95, por sua Presidenta abaixo assinada, convoca todos os Empregados em Estabelecimentos Bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base desta entidade sindical, dos municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Caucaia do Alto, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, para a Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 08 de Agosto de 2018, em primeira convocação às 19h e, em segunda convocação às 19h30, no Centro Sindical dos Bancários, localizado à Rua Tabatinguera, nº 192, Centro, São Paulo/SP, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

- Avaliação e deliberação sobre contraproposta a ser apresentada pela Fenaban na próxima reunião do dia 07/08/2018, em relação à pauta de reivindicações entregue em 13/06/2018;
- Deliberação acerca de paralisação das atividades durante o dia 10/08/2018.

São Paulo, 6 de agosto de 2018
Ivone Maria da Silva
Presidenta

CAIXA FEDERAL

Sem progresso na última rodada

Quarta rodada não resultou em respostas; empregados cobram proposta no dia 7 e participação na assembleia dia 8 é fundamental

Na quarta negociação com representantes da Caixa, realizada na quinta 2, não foram apresentadas propostas sobre a posição do banco em relação ao corte de mais da metade do valor da PLR, não pagamento da PLR Social, ataques ao Saúde Caixa, descomissionamento de gestantes, contratações, manutenção de direitos do Acordo Coletivo de Trabalho e garantias contra prejuízos da nova legislação trabalhista.

“Mais uma vez, os representantes da Caixa não avançaram

nas negociações. Não ofereceram nenhuma resposta quanto às nossas reivindicações. Pelo contrário, reafirmaram a intenção de retirar conquistas históricas dos empregados”, relata o diretor do Sindicato Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), que representa os bancários nas negociações com o banco.

“Diante desse desrespeito com os empregados, cobramos da Caixa que apresente proposta no dia 7, mesmo dia



em que a Fenaban se comprometeu a apresentar sua proposta global aos bancários. Entretanto, independentemente do dia 7, é fundamental a participação maciça dos empregados da Caixa na assembleia do dia 8. Somente a mobilização e união de todos será capaz de defender conquistas históricas como o nosso Acordo Coletivo

de Trabalho, o Saúde Caixa, a PLR e a PLR Social”, conclama Dionísio.

A assembleia será realizada na quarta-feira 8, com primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19h30, na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro, São Paulo). ✨

✨ bit.ly/QuartaMesaCaixa

BANCO DO BRASIL

Avanços e retrocessos nas negociações

Diante da conjuntura de retirada de direitos, banco sinaliza com aprovação do acordo coletivo, mas tenta retirar garantias

Durante a Campanha Nacional 2018 foram realizadas cinco rodadas de negociações específicas para renovação do acordo coletivo de trabalho dos funcionários do Banco do Brasil. Nas quatro primeiras negociações, a direção da empresa sinalizou com alguns avanços, mas também propôs retrocessos.

Dentre os progressos estão o compromisso do banco com a manutenção das cláusulas de benefício do acordo coletivo, algo importante diante da nova lei trabalhista (Lei



13.467), que acabou com o princípio da ultratividade (*leia nas páginas centrais*).

Os representantes do banco também acenaram positivamente com a criação de mesas específicas para discutir os seguintes temas: condições de trabalho nos escritórios digitais; teletrabalho; e a situação dos funcionários de bancos incorporados. Em 2019 completam-se 10 anos da incorporação da Nossa Caixa, e é a primeira vez que a direção

do BB sinaliza disposição para discutir a situação dos funcionários oriundos do extinto banco estadual paulista.

A direção do banco também sinalizou que os direitos garantidos no acordo coletivo de trabalho valerão para todos os funcionários. Isso significa que não será adotado o princípio da hipersuficiência, novidade da lei trabalhista (quem ganha acima de dois tetos do INSS, atualmente valor correspon-

dente a R\$ 11.291,60, estaria excluído do acordo ou convenção coletiva).

Com relação aos retrocessos que a direção do banco aventou estão a redução para apenas um semestre e uma avaliação negativa na GDP como motivo para descomissionamento, o que o movimento sindical é radicalmente contra. Atualmente, são necessárias três avaliações negativas consecutivas em um prazo de um ano e meio para que o funcionário perca a função comissionada.

A última rodada ocorreu após o fechamento desta edição da *Folha Bancária*, na sexta-feira 3, quando foram debatidas as cláusulas econômicas. Confira o resultado dessa mesa no www.spbancarios.com.br. ✨